

Exmo. Senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa

Sentimos a urgência de o interpelar por este meio pois, tal como V. Ex^a referiu na nota que acompanha o veto ao Decreto que estabelece os termos de implementação dos mecanismos de aceleração de progressão de professores e educadores, vemos a Escola Pública como um meio essencial para atingir a “sociedade desenvolvida e justa” que desejamos para Portugal, não apenas por sermos professores, mas também, e muito especialmente, por sermos cidadãos. Mas o facto de sermos professores permite-nos, ademais, ter um conhecimento objetivo e uma sensibilidade aguda para os problemas que o sistema educativo atravessa.

Lemos com apreço o dito texto e ouvimos V. Ex^a nas subsequentes declarações televisivas. Fizemo-lo com apreço, pois percebemos que tem realmente ouvido vários professores e que tem conhecimento cabal dos graves problemas e injustiças que subterram as escolas e quem nelas trabalha. E também temos percebido os seus constantes alerta ao Governo: “os países que avançam mais rapidamente são os que apostam no conhecimento, na escola”, é preciso “ir buscar os mais qualificados” para se ter a qualidade no ensino necessária para um futuro com desenvolvimento, o “investimento é essencial”, deve ser o “plano A”. Percebemos, igualmente, no parágrafo final da nota que acompanha a informação do veto do passado dia 26 de julho, a intenção de dar “um sinal de esperança”, de deixar uma “porta entreaberta, mesmo nesta legislatura” para que se discuta uma das questões que alimenta a “frustração da esperança dos professores” e que “é central no reconhecimento do seu papel cimeiro na sociedade portuguesa”.

Contudo, Senhor Presidente, sendo que a intenção é boa, é muito insuficiente. E é-o porque não vai resolver a questão de fundo que tão bem descreveu: o edifício humano que constitui a escola está em colapso e não há medidas concretas que promovam a real valorização da carreira docente que conduza a que muitos dos professores que estão nas escolas aí permaneçam e que jovens alunos desejem ser professores, especialmente (e desejavelmente) bons alunos. Sabemos que V. Ex^a não legisla, mas apelamos à sua magistratura de influência para ir mais longe do que exigir que uma porta não se feche, por muito importante que ela seja, mas que é uma porta que abre para mais negociações, que seriam importantes se o ensejo do Governo fosse, de facto, negociar. Negociar para encontrar soluções efetivas para a valorização da carreira e, conseqüentemente, negociar para garantir a estabilidade e fortalecimento do edifício escolar. Este ano letivo foi prova de que não é essa a intenção do Governo e o desgaste que essas pseudonegociações promoverão neste edifício, já tão debilitado, será altamente gravoso.

Senhor Presidente, pedimos-lhe que o seu mandato fique registado nos livros de História como decisivo para a salvaguarda dos valores democráticos, de justiça social e progresso do nosso país, neste caso, por via da defesa da Escola Pública. E, como professores, falamos dos problemas dos professores que tão bem conhece (e que temos consciência, lamentavelmente, não serem únicos). Importa perceber que as recentes medidas anunciadas e aprovadas não vão resolver “a questão de fundo”, como tão bem anteviu, mas o mais grave é que vão piorar a frágil e difícil situação atual. É imperioso que o Governo apresente medidas que, efetivamente e a longo prazo, promovam a valorização da carreira para manter professores no ativo e atrair jovens para a profissão. Percebemos a intenção de V. Ex^a de não promover uma instabilidade governativa que prejudicaria o país no presente, mas apelamos a que não comprometa o futuro com ações túbias. Quando V. Ex^a aprovou o diploma de concursos para não “adiar as expectativas de cerca de oito mil professores” e para não atrasar a sua colocação, na verdade, atirou a vida desses professores, e de outros milhares, para um regime de indefinição, pois nada é claro nesse futuro. E quanto mais polémico e desgastante for o processo das colocações, da avaliação docente e da gestão escolar, menos atratividade terá esta profissão, tão essencial e

estratégica. As medidas que têm sido aprovadas vão criar novas desigualdades e perpetuar o desgaste e não deveriam ter sido sancionadas com base numa hipotética resolução de um problema a curto prazo. Além disso, o Governo tem sustentado a implementação destas medidas em falácias, que V. Ex^a perceberá e não deve mais ignorar - há portas que devem ser fechadas:

- nas negociações o Governo apresentou 63 quadros de zona pedagógica como um avanço, que o seria, se houvesse realmente mobilidade e vagas de concurso, anuais, para aproximação: os professores não o sabem e não têm como confiar na boa fé do Governo quando no concurso posterior ao anúncio dessas zonas os obriga a concorrer às dez velhas zonas e, no próximo concurso, os obrigará a concorrer a nível nacional – é uma porta a ser fechada;

- para este concurso, as garantias são tão poucas e o receio é tanto, que os professores contratados, mesmo desejando entrar na carreira, ineditamente, não esgotaram as vagas apresentadas no concurso para vinculação dinâmica. Num sistema sério e responsável, a tutela inspiraria confiança aos seus profissionais e, naturalmente, essas vagas seriam preenchidas. É da inteira responsabilidade do Governo esta má gestão – é uma porta a ser fechada;

- o Governo invoca valores inoportáveis para o OE caso recuperasse o tempo de serviço congelado na carreira docente e, para provocar alarmismo social (outra porta que deve ser fechada), aponta que isso implicaria renegociar com as restantes carreiras da Função Pública. Além da inaceitável desvalorização da relevância social da carreira docente para a estratégia de progresso nacional, reconhecida pelo legislador, trata-se de uma falsidade, já que não houve sequer um tratamento igual quando o Governo aponta uma medida que apoia na equidade: a recuperação de 70% do tempo de serviço congelado. Como V. Ex^a sabe, os professores recuperaram muito menos anos que a restante Função Pública e foram discriminados negativamente. Invocar um argumento destes é, além da dita discriminação, um desrespeito público dos professores, pois tenta manipular a opinião pública contra os mesmos. Tal nunca deve ser permitido por V. Ex^a ou por qualquer cidadão responsável – mais uma porta a ser fechada;

- a alteração do diploma do concurso por mobilidade por doença é mais uma manifestação de desrespeito pelos professores, que nada valoriza a carreira, além de uma fonte de enormes injustiças. Desrespeito, pois a razão invocada foi a existência de fraudes, situação que não foi clarificada quando a própria Ordem dos Médicos solicitou esclarecimento, e Injustiça, pois os professores e seus familiares não adoecem de acordo com quotas. Tendo em conta a sensibilidade da matéria, nem se trata apenas de desrespeito e injustiça, mas de crueldade. Nunca se deveria ter permitido entreabrir esta porta.

Pedimos a V. Ex^a que exija do Governo aquilo que nós, professores e cidadãos, exigimos: um projeto **de futuro** para a escola que garanta o investimento necessário para a tornar de sucesso, em termos humanos e em termos materiais, não soluções de remedeio que abalam ainda mais violentamente a estabilidade do edifício educacional do nosso país. Seja a nossa voz. Seja a voz da Escola do futuro e da pacificação presente.

Subscrevemo-nos, atenciosamente,

P'la Direção da APEDE

Fátima Inácio Gomes

7 de agosto de 2023